



**FACULDADE AGES
CAMPUS JACOBINA
BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**

SAMILA SILVA NOVAES

**INDICADORES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL
E SEUS CONCEITOS**

Jacobina - Bahia
2023

SAMILA SILVA NOVAES

**IDICADORES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIOAL NO BRASIL E
SEUS CONCEITOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a banca examinadora do curso de nutrição da faculdade Ages, campus Jacobina-BA, como requisito parcial para a obtenção do título de conclusão do curso.

Orientador: Fabiana Chagas Oliveira de França

Jacobina – Bahia
2023

RESUMO

A segurança alimentar é um tema de amplo debate sobre objetivos prioritários ao planejamento e construção das políticas públicas no Brasil. Existem diversos métodos que podem ser utilizados para medir a Segurança Alimentar e Nutricional, sendo que cada um capta o fenômeno segundo uma escala e uma ótica própria, o que, por princípio, os torna complementares. Assim, enquanto uns avaliam o fenômeno no nível nacional, outros se aproximam e o tocam no nível domiciliar ou mesmo individual. Teoricamente, quanto maior o número de métodos utilizados na avaliação, maior o número de aspectos analisados e, portanto, mais completa e abrangente tenderá a ser a visão obtida da situação. Há uma grande demanda para a construção dos indicadores de segurança alimentar e nutricional, do levantamento de diagnósticos e da produção de informações, principalmente para contribuir na focalização e no direcionamento das políticas públicas. O objetivo deste trabalho é demonstrar e discutir os indicadores atualmente utilizados para avaliar; a segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional; políticas públicas; indicadores.

ABSTRACT

Food security is a subject of wide debate about priority objectives for the planning and construction of public policies in Brazil. There are several methods that can be used to measure Food and Nutrition Security, each of which captures the phenomenon according to its own scale and perspective, which, in principle, makes them complementary. Thus, while some assess the phenomenon at the national level, others approach and touch it at the household or even individual level. Theoretically, the greater the number of methods used in the evaluation, the greater the number of aspects analyzed and, therefore, the more complete and comprehensive the obtained view of the situation will tend to be. There is a great demand for the construction of food and nutritional security indicators, the survey of diagnoses and the production of information, mainly to contribute to the focus and direction of public policies. The objective of this work is to demonstrate and discuss the indicators currently used to evaluate; food and nutrition security in Brazil.

Keywords: Food and nutrition security; public policy; indicators.

1. INTRODUÇÃO

A segurança alimentar é um tema de amplo debate sobre objetivos prioritários ao planejamento e construção das políticas públicas no Brasil. Sua definição atual estabelece que a segurança alimentar e nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e seja social, econômica e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2006).

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), no artigo 25 todo ser humano tem direito a alimentação adequada (ONU, 1948), uma vez que, tem garantido a mesma constituição o direito à vida (FESAN, 2004). Mas, como medir a violação desse direito? Como medir a (in) segurança alimentar e nutricional? Não existe um “medidor” único que reflita todas as dimensões do problema.

Existem indicadores capazes de captar determinadas dimensões, mas nenhum informa todas as variáveis. Portanto, avaliar a segurança alimentar requer a conjugação de diversos indicadores (LEÃO, 2008).

Objetivaremos de uma forma geral demonstrar e discutir os indicadores atualmente utilizados para avaliar; a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Especificamente iremos discutir o tema segurança alimentar e nutricional e seus conceitos dentro do contexto da realidade brasileira, abordaremos sobre as relações de Segurança Alimentar e Nutricional com as Políticas Agroalimentares e com o Desenvolvimento e Equidade e também apresentaremos uma concepção sobre segurança alimentar e o alto custo para aquisição de alimentos no Brasil.

Existem diversos métodos que podem ser utilizados para medir a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, sendo que cada um capta o fenômeno segundo uma escala e uma ótica própria, o que, por princípio, os torna complementares. Assim, enquanto uns avaliam o fenômeno no nível nacional, outros se aproximam e o tocam no nível domiciliar ou mesmo individual.

TEMA

INDICADORES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL E SEUS CONCEITOS

PROBLEMÁTICA:

A segurança alimentar é direito de todos os brasileiros. Mas, como verificar a aquisição desse direito? Como medir a segurança alimentar e nutricional? Não existe um “medidor” único que reflita todas as dimensões do problema. Existem indicadores capazes de captar determinadas dimensões, mas nenhum informa todas as variáveis.

HIPÓTESE:

Existem diversos métodos que podem ser utilizados para medir a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, sendo que cada um capta o fenômeno segundo uma escala e uma ótica própria, o que, por princípio, os torna complementares. Assim, enquanto uns avaliam o fenômeno no nível nacional, outros se aproximam e o tocam no nível domiciliar ou mesmo individual.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Procuraremos demonstrar e discutir os indicadores atualmente utilizados para avaliar; a segurança alimentar e nutricional no Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Discutir o tema segurança alimentar e nutricional e seus conceitos dentro do contexto da realidade brasileira
- Abordar sobre as relações de Segurança Alimentar e Nutricional com as Políticas Agroalimentares e com o Desenvolvimento e Equidade.

- Apresentar uma concepção sobre segurança alimentar e o alto custo para aquisição de alimentos no Brasil

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para o alcance do objetivo proposto, optou-se por uma revisão integrativa. Esse tipo de revisão é caracterizado como um processo que agrega os resultados alcançados de pesquisas primárias sobre o mesmo contexto, com a finalidade de sintetizar e avaliar esses dados para desenvolver uma explicação mais abrangente de um fenômeno específico.

Será adotada a classificação preconizada por Gil (2010) que subdivide os tipos de pesquisas quanto aos seus objetivos e quanto aos procedimentos técnicos utilizados. Trata-se de uma revisão bibliográfica e uma pesquisa exploratória que vem reunir informações para definição do problema e das hipóteses.

Foram realizadas buscas nas bases de dados SCIELO e PUBMED, utilizando as palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional; políticas públicas e indicadores.

Foi estabelecido como critério de pesquisa de no máximo 10 anos subsequentes, inclusão de artigos científicos disponíveis na íntegra e com acesso eletrônico livre, livros e dissertações, disponíveis em nosso idioma.

A pesquisa bibliográfica abrangeu algumas bibliografias que foi tornada pública em relação ao tema que foi estudado, desde publicações avulsas, revistas, jornais, livros, teses e pesquisas.

A pesquisa de nível exploratório tem como finalidade aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre o assunto estudado, visando clarificar conceitos ajudando no delineamento do projeto final da pesquisa.

Em seguida, foi realizada leitura exploratória e seletiva dos textos, bem como em sua revisão integrativa, contribuindo para o processo de síntese e análise dos resultados dos estudos, criando um corpo de literatura compreensível.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

A Segurança Alimentar e Nutricional significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. (BRASIL, 2006)

Esta é a definição mais vigente de Segurança Alimentar, no Brasil. Ela foi construída por ocasião da elaboração do documento brasileiro para a Cúpula Mundial de Alimentação, por representantes do governo e da sociedade civil.

Segurança alimentar é um conjunto de normas de produção, transporte e armazenamento de alimentos visando determinadas características físico-químicas, microbiológicas e sensoriais padronizadas, segundo as quais os alimentos seriam adequados ao consumo. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, 1996).

Estas regras são, até certo ponto, internacionalizadas, de modo que as relações entre os povos possam atender as necessidades comerciais e sanitárias. Alegando esta razão alguns países adotam "barreiras sanitárias" a matérias-primas agropecuárias e produtos alimentícios importados.

3.2. INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Um indicador pode ser representado por um número, por uma relação entre dois eventos ou por uma qualidade ou atributo do fenômeno em observação. Indicadores são, portanto, medidas-síntese que contêm informações relevantes sobre determinados atributos e dimensões do estado de segurança alimentar, informando aspectos da realidade ou mudanças em processo, tendo em vista a formulação de políticas públicas, além de esclarecer as mudanças e os determinantes dos diferentes fenômenos (PANELLI-MARTINS et al., 2008).

A definição de indicadores requer muita clareza sobre os objetivos e a lógica de cada programa. É sempre possível calcular um número grande de indicadores, os quais nem sempre conseguem expressar os fenômenos ou as condições mais significativas para o programa. Com a função de avaliar e monitorar as políticas e programas em desenvolvimento social, uma secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) foi criada no Ministério de Desenvolvimento Social, uma inovação da gestão pública brasileira, uma vez que até então não existia, em nenhum ministério, uma secretaria com essa finalidade exclusiva.

Na construção de indicadores de monitoramento e avaliação devem existir as características de validade, confiabilidade, sensibilidade, desagregação territorial e periodicidade (WAITSMAN et al., 2006).

No âmbito da segurança alimentar e nutricional e pelo seu caráter intersetorial ou transversal, diversos aspectos da realidade social devem ser abordados e analisados simultaneamente, estabelecendo correlações. Essa perspectiva permite abordar questões que nos apresentem diagnósticos precisos sobre a fome e a desnutrição, tratando conjuntamente das mais diversas áreas sociais como saúde e nutrição, educação, habitação, saneamento, acesso à água, agricultura e abastecimento, acessibilidade às políticas públicas, trabalho e renda, hábitos de consumo alimentar, de sustentabilidade alimentar entre outras (BRAGA, 2008 pg. 76).

Existem diversos métodos que podem ser utilizados para medir a Insegurança Alimentar e Nutricional – INSAN, sendo que cada um capta o fenômeno segundo uma escala e uma ótica própria – o que, por princípio, os torna complementares.

Assim, enquanto uns avaliam o fenômeno no nível nacional, outros se aproximam e o tocam no nível domiciliar ou mesmo individual. Alguns métodos abordam a disponibilidade de alimentos, ao passo que outros se acercam do problema pela via do acesso ou da estabilidade das famílias no acesso aos alimentos.

Teoricamente, quanto maior o número de métodos utilizados na avaliação, maior o número de aspectos analisados e, portanto, mais completa e abrangente tenderá a ser a visão obtida da situação (PESSANHA, 2008).

O método de Pesquisas e Orçamentos Domésticos baseadas em entrevistas domiciliares: Um morador qualificado informa a renda familiar, os preços e as quantidades dos alimentos consumidos dentro e fora do domicílio, alimentos recebidos por algum membro da família como presente ou forma de pagamento; e alimentos produzidos no domicílio para consumo.

Entre as vantagens estão a possibilidade de realizar avaliações da adequação da energia alimentar nos domicílios, da variedade do regime alimentar e do percentual dos rendimentos gasto com a alimentação, permitindo identificar os domicílios em situação de insegurança alimentar.

Este método tem as seguintes limitações: falta de investigação da ingestão de alimentos por parte de cada morador, já que se refere à ingestão per capita da família; a dificuldade em estimar a quantidade de alimento consumido fora da casa, já que as pessoas relatam o que gastaram, mas não o que comeram; a quantidade de alimentos que é desperdiçada ou que não é destinada aos moradores como hóspedes e animais domésticos; a padronização metodológica entre países e o pequeno número de países que o aplicam anualmente; o alto custo para coleta, digitalização, e processamento da informação; a conversão dos alimentos disponíveis em energia ingerida envolve uma alta margem de erro; o método é caro e requer maiores investimentos em pessoal de diversas áreas, tornando difícil sua aplicação nacional anualmente. (PERES–ESCAMILLA, 2008; PESSANHA, 2008 pg. 123).

A medida antropométrica é um indicador direto do estado nutricional, porém avalia a segurança alimentar de forma indireta. Podemos obter valores normais de peso, estatura e índice de massa corporal em famílias que estão vivendo em situação de insegurança alimentar. Mesmo não havendo restrição energética, a qualidade da dieta pode estar comprometida, e, nesse caso, a segurança da alimentação, o que confirma os limites da antropometria para estimar a segurança ou insegurança alimentar (DREWNOWSKI; SPECTER, 2004).

Contudo, o custo da antropometria é relativamente baixo, sendo possível o mapeamento da segurança alimentar do nível local ao nacional para compreensão de tendências, determinantes e consequências da má nutrição no nível individual, além de ser apropriada para o controle e a avaliação de intervenções (PERES–ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

Infelizmente não se tem valorizado na prática o monitoramento do estado nutricional de nossa população (FROZI e GALEAZZI, 2004). O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), responsável pela produção dessas informações, não tem cumprido, por uma série de razões, com sua missão e seu objetivo de fornecer dados periódicos sobre a situação alimentar e nutricional da população e seus fatores determinantes.

Nas últimas duas décadas houve avanços importantes na mensuração de insegurança alimentar usando escalas baseadas na percepção ou experiência reportada pelos indivíduos afetados. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), proposta e validada para o Brasil por Segall-Corrêa (2003), tem sido reconhecida como indicador sensível para detectar famílias em risco de insegurança alimentar.

A adaptação e a validação desse instrumento partiram da escala desenvolvida pelo United States Department of Agriculture (USDA), e aplicada em inquéritos populacionais naquele país desde 1995, além de em outros países desenvolvidos e subdesenvolvidos (YUYAMA, 2008).

A EBIA classifica as famílias em quatro categorias: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave.

Essa escala é elaborada a partir de questionário com 15 perguntas referentes à experiência nos últimos três meses de insuficiência alimentar em diversos níveis de intensidade. Inclui desde a preocupação de que a comida possa acabar até a vivência de passar um dia todo sem comer.

Quando não há nenhuma resposta positiva, a família é classificada em situação de segurança alimentar e a classificação da insegurança alimentar em diferentes gradientes corresponde a patamares diferenciados da soma dos pontos obtidos no questionário.

As principais vantagens deste método provêm do fato de apreender o modo como às pessoas mais atingidas percebem a insegurança alimentar e a fome, permitir captar não só as dimensões físicas, mas também as dimensões psicológicas da insegurança alimentar e ainda classificar os domicílios de acordo

com sua vulnerabilidade ou nível de exposição a INSAN, além de seu baixo custo de aplicação (SALLES-COSTA, 2008).

Enquanto alguns métodos avaliam os fatores determinantes, como a ingestão alimentar e os gastos com a alimentação, outros avaliam as consequências da insegurança alimentar, como a antropometria. Todos os métodos se complementam e nenhum deve ser considerado superior ao outro, e, sua escolha depende da questão a ser respondida. A avaliação da segurança alimentar deve ser baseada na aplicação de vários destes métodos, permitindo que diferentes dimensões do problema possam ser avaliadas na mesma pesquisa ou estudo (PERES–ESCAMILLA, 2008).

A experiência sobre a avaliação de Programas no Brasil não é extensa e ainda menos significativa e sistemática em relação aos programas de segurança alimentar e combate à fome. Segundo Peliano, 1990, alguns programas de suplementação alimentar e de subsídios a alimentos foram avaliados, assim como aspectos de cobertura dos programas, a partir de dados da Pesquisa de Saúde e Nutrição (PNSN) de 1989, demonstrando que as famílias de mais baixa renda não eram as que apresentavam maiores coberturas de benefícios.

Dentro do Programa de Distribuição de Cestas de Alimentos existem os indicadores referentes ao número de famílias beneficiadas, o número de cestas distribuídas e os quilos de alimentos distribuídos em cestas de alimentos pelo programa.

Já o Programa Educação Alimentar, Nutricional e para o Consumo traz como indicadores: número de alunos beneficiados pela distribuição de cartilhas, número de escolas atendidas e número de cartilhas distribuídas pelo Projeto Criança Saudável, Educação Dez (CUNHA, 2007).

Os problemas relacionados a esses indicadores estão no fato de não refletirem a quantidade de alimentos que, de fato, é distribuída para cada instituição ou indivíduo beneficiado, além disso, tanto os indicadores atuais diretos e indiretos e até mesmo os próprios programas nacionais estão mais focados na Insegurança Alimentar, ou seja, na fome. Sendo que, o conceito de

Segurança Alimentar e Nutricional transcende esse conceito de fome simplesmente.

4. CONCLUSÃO

Existe uma grande demanda para a construção dos indicadores, do levantamento de diagnósticos e da produção de informações, principalmente para contribuir na focalização e no direcionamento das políticas públicas.

Espera-se que a avaliação da segurança alimentar possa ser mais efetiva, principalmente tendo em vista a aprovação da LOSAN, que, entre outras coisas, destina especial atenção para o desenvolvimento de meios de garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e cobra os seus resultados assim, espera-se a busca por métodos pouco onerosos e de fácil aplicação para o diagnóstico e o acompanhamento das ações.

A amplitude de campos de políticas relacionadas, direta ou indiretamente, ao tema de segurança alimentar, exige um trabalho preliminar de organizar as vinculações existentes entre os distintos campos. O desafio é refletir e propor formas de intervenções no planejamento e na avaliação das políticas de segurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, V. Democracia viva. **Concurso Revista Fórum e Fundação Banco do Brasil**. Portal Ibase. Acesso em 22 abril. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 – Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília: DF, 2006.

CUNHA, J.V.Q. (org.). **Catálogo de indicadores de monitoramento dos programas do Ministério do Desenvolvimento Social**. Brasília: DF, 2007. 222p

DREWNOWKI, A.; SPECTER, S.E. **Poverty and obesity: the role of energy density and energy costs**. *American Journal of Clinical Nutrition*, v.79, n.1, p.6-16, 2004.

PANELLI-MARTINS B.E.; SANTOS, S.M.C.; ASSIS, A.M.O. **Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de indicadores e experimentação em um município da Bahia**, Brasil. Revista de Nutrição, Campinas, SP, v.21 (suplemento), p.65s-81s, jul./ago.2008.

PELIANO, A.M. **Quem se beneficia dos programas governamentais de suplementação alimentar**. (Textos para discussão nº205). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, DF, nov., 1990.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA A. M. **Food insecurity measurement and indicators**. Revista de Nutrição, Campinas, SP, v.21 (suplemento), p.15s-26s, jul./ago.,2008.

PESSANHA L.D.R. **A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento – breve histórico**. Cadernos de Debate, Campinas, SP, v. 11, p.1-37, 2004.

PESSANHA, L.; VANNIER-SANTOS, C.; MITCHELL, P.V. **Indicadores para avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: metodologias e fontes de dados**. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu, MG, 29 set. a 03 out. 2008.

SALLES-COSTA, R. et al. **Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil**. Revista de Nutrição, Campinas, SP, v.21 (suplemento), p. 99s-109s, jul./ago, 2008.

SEGALL-CORRÊA, A.M. **Insegurança Alimentar medida a partir da percepção de pessoas**. Estudos Avançados, São Paulo, SP, v.21, n.60, p.143-154, maio/ago, 2007.

SEGALL-CORRÊA, A.M. et al. **Relatório Técnico. Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação (Urbano)**. Campinas: Unicamp; 2003.

WAITSMAN, J.; RODRIGUES, R.W.S; PAES-SOUSA, R. **O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome do Brasil**, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, 2006.

YUYAMA, L.K.O.; et al. **Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas**

no estado do Amazonas, Brasil. Revista de Nutrição, Campinas, SP, v.21(suplemento), p.53s-63s, jul./ago., 2008

CASTRO, N.S, S.E.P.; et al. **Atualizações e debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional**, UFV, Viçosa, MG,2020.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan)**. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 18 set. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>.

BURLANDY, L. **A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão**. Cienc Saúde Coletiva, v.16, n. 1: p. 63- 72. 2011.

CAISAN. Câmara de Segurança Alimentar e Nutricional. **II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. (PLANSAN 2016-2019). Brasília, 2016.

FAO-Brasil. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Agendas Convergentes**. Outubro – 2015.

ESTEVE, E.V. **O negócio da comida. Expressão Popular**. São Paulo, 2017. 272p.

Oswaldo Cruz, 2023 - **Alimentação e nutrição no Brasil: perspectiva na segurança e soberania alimentar**. Rio de Janeiro, 2023.